

Contribuições da Avaliação Psicológica na Segurança Pública no Brasil: Desafios e Perspectivas

Glauciene Rodrigues Amorim

Eraldo Carlos Batista

Resumo: A preocupação com a segurança pública é uma das principais necessidades da sociedade contemporânea. Portanto, cada vez mais o Estado necessita de investimento em recursos materiais e humanos de modo a melhorar a qualidade dos serviços desse campo que são oferecidos a população. E um dos principais requisitos para o desenvolvimento da função de agente de segurança é a sua saúde psicológica. Nesse sentido esse artigo tem por objetivo refletir sobre a contribuição da avaliação psicológica na segurança pública no Brasil. Como metodologia foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de um levantamento de textos oriundos de artigos, livros e legislação específicas. A partir da literatura investigada, o estudo revelou que o contexto da segurança pública os saberes e fazeres psicológicos por meio dos rigores da avaliação se configuram como elemento fundamental para a qualidade de vida do profissional dessa categoria, sobretudo com um olhar de continua avaliação. Diante da contextualização enfatiza-se a necessidade de mudanças nas dimensões institucional e profissional referentes ao serviço de psicologia como garantia da condição, tanto no âmbito da prevenção como da manutenção da saúde mental dos profissionais da segurança pública.

Palavras-Chave: Segurança pública. Avaliação psicológica. Saúde mental. Testagem psicológica.

Contributions of Psychological Assessment to Public Security in Brazil: Challenges And Perspectives

Abstract: The concern with public security is one of the main needs of contemporary society. Therefore, the State increasingly needs investment in material and human resources in order to improve the quality of services in this field that are offered to the population. And one of the main requirements for the development of the role of security guard is your psychological health. In this sense, this article aims to reflect on the contribution of psychological assessment to public security in Brazil. As a methodology, a bibliographic research was carried out based on a survey of texts from specific articles, books and legislation. Based on the investigated literature, the study revealed that the context of public security, the psychological knowledge and practices through the rigors of the evaluation are configured as a fundamental element for the quality of life of the professional in this category, especially with a view of continuous evaluation. Given the contextualization, the need for changes in the institutional and professional dimensions regarding the psychology service is emphasized as a guarantee of the condition, both in terms of prevention and maintenance of the mental health of public security professionals.

Keywords: Public security. Psychological assessment. Mental health. Psychological testing.

Introdução

Desde os tempos mais remotos, na antiguidade, o ser humano sempre se preocupou com sua proteção, pois esta, sempre se configurou como fator de sobrevivência humana. Em cada período da história a preocupação com a segurança estava relacionada com o tipo de ameaça sofrida pelas pessoas. Registros pré-históricos mostram o homem se protegendo do ataque de animais ferozes. Em outro período subsequente a grande preocupação era com as invasões, onde os bárbaros agiam de forma cruel com a população civilizada. A partir da idade moderna, sobretudo com o início da revolução industrial, a sociedade passou a conviver diariamente com a insegurança.

O século XXI é marcado pelo aumento da violência, com isso a segurança está entre as principais necessidades básicas do ser humano, surgindo como o requisito expoente à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres, de acordo com os preceitos da Lei. Dessa maneira considera-se a segurança pública como uma demanda social de responsabilidade dos órgãos governamentais, mas também das demais organizações da sociedade. Ou seja, isso demonstra que o papel do Estado voltado para o atendimento da sociedade impõe a segurança de cada pessoa como garantia do exercício da cidadania.

Nesse sentido, a segurança pública entrou no rol dos temas relevantes nos três níveis de administração pública, ou seja, nos governos federais, estaduais e municipais. Por outro lado, esse é um tema complexo, devido a sua grande extensão e as dificuldades que apresenta. No Brasil, a falta de investimentos em recursos materiais e humanos tem exposto constantemente as dificuldades e os desafios nos serviços de segurança pública. Além disso, o envolvimento de alguns agentes em situações de extorsão, abuso de autoridade e corrupção, tem apontado para a necessidade de ações de prevenção e repressão capazes de coibir tais situações (Thadeu; Ferreira & Faiad, 2012).

Isso deve ao fato, entre outras coisas, a insuficiência de instrumentos de enfrentamento da criminalidade e da violência que possam proporcionar a segurança, tanto individual como coletiva, como afirmam Carvalho e Silva (2011). Os mesmos autores ainda acrescentam que é no âmbito do processo de constituição da política de segurança pública que são elaborados os mecanismos e as estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade que afeta o meio social. Dentre estes mecanismos destacamos a importância da avaliação e

do acompanhamento psicológico dos agentes de segurança pública.

Com isso, cada vez mais o psicólogo é convocado a atuar nas agências oficiais de manutenção da ordem e de promoção da segurança pública. Por outro lado, a psicologia sempre esteve vinculada com os mecanismos de ordenamento social, com as subjetividades, com os modos de vida dos atores que compõem a segurança pública. Ou seja, o cotidiano da segurança pública se faz presente nas práticas do profissional de psicologia, quando este produz os mecanismos e estratégias de prevenção, cuidado e manutenção da qualidade de vida dos profissionais que fazem a proteção da sociedade.

Desse modo, a importância desse estudo está na ampliação do debate da importância da avaliação psicológica para a manutenção da qualidade do serviço de segurança pública oferecido a sociedade. A partir dessa concepção, teve-se como problematização as seguintes indagações: qual a real contribuição da avaliação psicológica no cotidiano da segurança pública? Qual é o papel do saber psicológico nas atuais políticas de segurança pública? Esses questionamentos serão contextualizados e tematizados neste estudo com o objetivo de refletir sobre as atribuições da avaliação psicológica no contexto da segurança pública.

Para melhor organização e compreensão o texto está apresentado em cinco seções. A primeira, é a introdução que faz uma breve abordagem do tema e apresenta seu principal objetivo. Na segunda seção faz-se uma pequena explanação histórica da segurança pública no Brasil. Em seguida, na terceira seção, apresenta-se a avaliação psicológica e seus contornos na psicologia. A quarta seção é o ponto central deste estudo ao descrever a prática da avaliação psicológica na segurança pública e discute-se alguns resultados de estudos sobre essa prática. O estudo finaliza com as considerações finais ao fazer uma síntese das análises teóricas proposta no referido estudo.

Metodologia

Como abordagem metodológica este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica. De acordo com Gil (2008, p. 50) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. As buscas foram realizadas por meio de artigos científicos publicados em Bibliotecas Virtuais com temas relacionados à avaliação psicológica na segurança pública. Além de livros publicados por especialistas e documentos do Conselho Federal de Psicologia – CFP.

Os materiais selecionados foram aqueles que tratavam diretamente da avaliação psicológica no campo da segurança pública. Após a escolha do material, os estudos encontrados foram lidos, interpretados e analisados de acordo com os objetivos propostos.

A segurança pública no brasil

O mundo atual tem presenciado uma onda de violência avassaladora nas últimas décadas. Como forma de combater esse avanço os governos contemporâneos por meio das organizações políticas, tem se reestruturado para atender ao movimento dinâmico da sociedade através da consolidação do processo civilizacional impõe a necessidade de segurança como garantia do exercício da cidadania (Carvalho & Silva, 2011). No Brasil por exemplo, onde a insegurança tem tomado conta da população, o serviço de segurança, sobretudo o de segurança pública, tem investido, ainda que insuficiente, em serviços e tecnologias que visam melhorias nessa área.

No entanto, Freire (2009, p. 101) afirma que:

[...] para melhor compreender a dinâmica atual da violência e as alternativas de políticas públicas disponíveis, é imprescindível retomar a reflexão sobre o histórico das políticas de segurança no país. Nas últimas décadas, identifica-se uma crescente produção acadêmica sobre a evolução da dinâmica da violência e da criminalidade no país, bem como sobre o histórico da atuação das forças policiais.

Nesse sentido, a produção de conhecimento sobre a dinâmica da segurança pública no Brasil possibilita a compreensão do crescimento da violência. Em outras palavras é importante mencionar que as iniciativas na área de segurança têm sofrido variações significativas quanto aos seus objetivos e estratégias ao longo das últimas décadas. Essas variações estão diretamente associadas ao paradigma¹ conceitual que alimenta cada uma dessas iniciativas. (Freire, 2009).

Vale lembrar que a segurança pública de uma cidade, estado ou nação está estritamente relacionada ao seu desenvolvimento e crescimento. Em outras palavras pode-se dizer que a segurança pública:

[...] é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada. Às instituições ou órgãos estatais, incumbidos de

adotar ações voltadas para garantir a segurança da sociedade, denomina-se sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico a política de segurança pública, ou seja, o conjunto de ações delineadas em planos e programas e implementados como forma de garantir a segurança individual e coletiva. (Carvalho & Silva, 2011, p. 60).

E como uma necessidade básica do cidadão, a segurança ou a falta de segurança afeta os meios econômicos, social, políticos entre outros. De outra forma pode-se dizer que o campo da segurança pública atua como causas nessa dinâmica:

Em segurança pública, as consequências tornam-se causas no movimento subsequente do processo social: determinadas condições favorecem a prática de crimes; os crimes expulsam empresas, o que aumenta o desemprego, ampliando as condições para o crescimento de certas formas de criminalidade etc. E o ciclo dá mais uma volta em torno do mesmo eixo. (Soares, 2006, p. 95).

Assim, observa-se que a segurança pública não só cumpre o seu papel de exclusividade de prevenção e controle da violência, mas também influencia no cotidiano das pessoas. Com isso:

Mecanismos essenciais não têm sido utilizados pelos diversos governos para possibilitar o pensar, o implementar, o implantar, o efetivar, com eficácia e eficiência, uma política de segurança pública como instrumento do Estado e da sociedade. A promulgação de leis, decretos, portarias e resoluções, visando instrumentalizar o enfretamento da criminalidade e da violência, sem que haja articulação das ações de segurança pública no contexto social, acaba apresentando resultados inconsistentes e insatisfatórios. (Carvalho & Silva, 2011, p. 62).

A promulgação da Constituição de 1988, que se deu logo após o término da ditadura militar, estabelece em seu artigo 144, que a Segurança Pública – dever do Estado e direito e responsabilidade de todos – é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. (Freire, 2009). Ainda de acordo com o mesmo autor é possível observar no texto constitucional de 1988 a inovação

¹ Paradigmas são modelos, representações e interpretações de mundo, universalmente reconhecidas, que fornecem problemas e soluções.

da segurança pública ao creditar esta como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. No entanto, Freire (2009) alerta para a ausência do papel de outros órgãos governamentais na prevenção à violência, ou mesmo a importância da atuação dos municípios e da comunidade na lista de responsáveis pela segurança pública, sendo mencionadas apenas as instituições policiais federais e estaduais.

Por outro lado Freire (2009) destaca a comunidade como importante aliada no processo de segurança pública. Segundo o autor a gestão local da segurança aproxima os cidadãos da implementação da política. Esse movimento possibilita a população maior entendimento sobre o tema lhe conferindo maior legitimidade às ações. Freire ainda acrescenta que as ações comunitárias ganham destaque nesse conceito e a construção de uma cultura cidadã na comunidade, incluindo o respeito às normas de convivência e a resolução pacífica de conflitos, é um dos pilares das ações de prevenção. Contudo, essa não é a realidade do Brasil, pois:

O sistema de segurança pública brasileiro em vigor, desenvolvido a partir da Constituição Federal de 1988, estabeleceu um compromisso legal com a segurança individual e coletiva. Entretanto, no Brasil, em regra, as políticas de segurança pública têm servido apenas de paliativo a situações emergenciais, sendo deslocadas da realidade social, desprovidas de perenidade, consistência e articulação horizontal e setorial. (Carvalho & Silva, 2011, p. 62).

Assim, entende-se que o recurso humano no campo da segurança pública é, indiscutivelmente a base de toda atividade desenvolvida. Tal condição coloca o profissional no centro da atenção e cuidado, pois um agente bem preparado é sinônimo de trabalho bem executado. Sendo assim, o cuidado com a saúde psíquica deste profissional é fundamental. Neste caso o papel do psicólogo ocupa um lugar privilegiado no processo de seleção e acompanhamento do trabalhador de segurança pública. Assim a avaliação psicológica como campo de saber do psicólogo passou a ser de extrema importância nos processos de autogestão e equilíbrio emocional do profissional de segurança pública.

Avaliação Psicológica e Seus Contornos na Psicologia

Para melhor compreender o papel do psicólogo e do uso da avaliação psicológica na segurança pública apresentar-se-á um breve resumo dessa área de atuação do psicólogo.

A Resolução do Conselho Federal de Psicologia

(CFP) nº 007 de 2003, instituiu o Manual de Elaboração de Documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes da avaliação psicológica. Segundo este documento normativo a avaliação psicológica ficou definida como “[...] o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade [...]”. E para tal função utilizar-se-á estratégias psicológicas (métodos, técnicas e instrumentos). (CFP, 2003, p. 03).

De acordo com Primi (2003), a visão sobre Avaliação psicológica não deve ser reduzida a uma caracterização simplista de que trata-se apenas de uma área da psicologia responsável pela produção de instrumentos para o psicólogo. Segundo o autor trata-se sim, de uma área “[...] responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis” (p. 68). Logo, o conhecimento produzido por esta área baseia-se na observação sistemática de eventos psicológicos, com o objetivo de abrir caminho para a integração teoria e prática. Nesta perspectiva “[...] o avanço da avaliação psicológica não é um avanço simplesmente da instrumentação, mas sobretudo das teorias explicativas do funcionamento psicológico”. (Primi, 2003, p. 68).

É necessário que haja clareza quanto as características da avaliação psicológica, pois esta diferencia-se da testagem psicológica, apesar de serem confundidas ou até compreendidas como sinônimos. Embora o profissional utilize de testes psicológicos para coleta de dados, o processo de avaliação é mais amplo e envolve outras etapas e instrumentos de coleta de informações, sendo a testagem uma das etapas. Como afirma Primi (2010), a avaliação psicológica é uma atividade mais complexa e constitui-se na busca sistemática de conhecimento a respeito do funcionamento psicológico das pessoas, de tal forma a poder orientar ações e decisões futuras. Esse conhecimento é sempre gerado em situações que envolvem questões e problemas específicos.

Ainda de acordo com o mesmo autor, muitas vezes equivocadamente, a avaliação psicológica é ser compreendida como uma área aplicada, técnica, de produção de instrumento para o psicólogo. No entanto essa atividade não é simplesmente uma área técnica produtora de ferramentas profissionais, mas sim a área da psicologia responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis. Pois,

Ela permite que as teorias possam ser testadas, eventualmente aprimoradas, contribuindo para a evolução do conhecimento na psicologia. Portanto, a avaliação na psicologia é uma área fundamental de integração entre a ciência e a profissão. Disso decorre que o avanço da avaliação psicológica não é um avanço simplesmente da instrumentação, mas sobretudo das teorias explicativas do funcionamento psicológico. (Primi, 2003, p. 68).

Tal entendimento muitas vezes são reforçados pelos inúmeros termos conceituais são atribuídos a essa atividade. Pois, além da definição de avaliação psicológica proposta pelo CFP, existem outras definições, uma delas pode ser descrita ao caracterizar a avaliação como:

“[...] o julgamento que se faz sobre as características psicológicas de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, com base em informações colhidas mediante a utilização de instrumentos construídos com base na ciência psicológica. Destacam-se entre esses instrumentos os testes psicológicos, os questionários, as entrevistas, as técnicas projetivas, as observações situacionais, as técnicas de dinâmica de grupo. (Brito & Goulart, 2005, p. 149).

Outro termo utilizado foi desenvolvido Hutz (2009, p. 298) como um conjunto de procedimentos que têm por objetivo “coletar dados para testar hipóteses clínicas, produzir diagnósticos, descrever o funcionamento de indivíduos ou grupos e fazer previsões sobre comportamentos ou desempenho em situações específicas”. Já para Urbina (2009, p. 33), a avaliação psicológica “é um processo flexível e não-padrонizado, que tem por objetivo chegar a uma determinação sustentada a respeito de uma ou mais questões psicológicas através da coleta, avaliação e análise de dados apropriados ao objetivo em questão.

Já os instrumentos de avaliação constituem-se em procedimentos sistemáticos de coleta de informações úteis e confiáveis que possam servir de base ao processo mais amplo e complexo da avaliação psicológica (Primi, 2010). Entre os principais instrumentos utilizados na avaliação psicológica, os testes ainda continuam como protagonistas. Uma diferença básica entre avaliação psicológica e testagem psicológica pode ser observada no quadro abaixo.

Quadro 1 - Diferenças típicas entre testagem e avaliação psicológica

Aspecto	Testagem psicológica	Avaliação psicológica
Grau de complexidade	Mais simples; envolve um procedimento uniforme, frequentemente unidimensional	Mais complexa; cada avaliação envolve vários procedimentos (entrevistas, observações, testagem, etc.) e dimensões
Duração	Mais breve, de alguns minutos a algumas horas	Mais longa, de algumas horas a alguns dias ou mais
Fontes de dados	Uma pessoa, o testando	Muitas vezes são usadas fontes colaterais, como parentes ou professores, além do sujeito da avaliação
Foco	Como uma pessoa ou grupo se compara com outros	A singularidade de um determinado indivíduo, grupo ou situação (idiográfico)
Qualificações necessárias	Conhecimento sobre testes e procedimentos de testagem	Conhecimento de testagem e outros métodos de avaliação, bem como na área avaliada (p. ex. Transtornos psiquiátricos, requisito para uma função)
Base de procedimento	É necessário objetividade; a quantificação é crucial	É necessário subjetividade, na forma de julgamento clínico; a quantificação raramente é possível
Custo	Barata, especialmente quando feita em grupos	Muito caro, pois requer o uso intensivo de profissionais altamente qualificados
Objetivo	Obter dados para uso na tomada de decisões	Chegar a uma decisão a respeito da questão ou problema que originou o encaminhamento
Grau de estruturação	Altamente estruturada	Engloba aspectos estruturados e não estruturados
Avaliação dos resultados	Investigação relativamente simples da fidedignidade e validade baseada em resultados grupais	Muito difícil devido à variabilidade de métodos, avaliadores, natureza de questões investigadas, etc.

Fonte: Urbina (2009, p. 35)

Quanto aos testes psicológicos, uma ferramenta da

avaliação psicológica, o CFP destaca, por meio da Resolução nº 25 de 30 de novembro de 2001, em seu

art. 1º que “[...] são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe o § 1º do art. 13 da Lei nº 4.119/62.” (s/p). Destaca-

se também os elementos básicos que os definem, segundo Urbina (2009), como apresentado no a seguir.

Quadro 2 - Elementos básicos da definição de testes psicológicos

Elemento definidor	Explicação	Fundamento
Os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos	Caracterizam-se por planejamento, uniformidade e meticulosidade	Para serem úteis, os testes devem ser objetivos e justos e passíveis de demonstração
Os testes psicológicos são amostras de comportamento	São pequenos subconjuntos de um todo muito maior	O uso de amostras de comportamento é eficiente porque o tempo disponível geralmente é limitado
Os comportamentos avaliados pelos testes são relevantes para o funcionamento cognitivo, afetivo ou ambos.	As amostras são selecionadas por sua significância psicológica, empírica ou prática	Os testes, ao contrário dos jogos mentais, existem por sua utilidade, eles são ferramentas
Os resultados dos testes são avaliados e recebem escores	Algum sistema numérico ou categórico é aplicado aos resultados segundo regras preestabelecidas	Não deve haver dúvidas sobre quais são os resultados de um teste
Para se avaliar resultados de testes, é necessário ter padrões baseados em dados empíricos	Deve haver uma forma de aplicar um critério padrão de comparação comum aos resultados	Os padrões usados para avaliar os resultados de um teste devem indicar o único sentido dos mesmos

Fonte: Urbina (2009, p. 12)

De acordo com Urbina (2009), “O teste psicológico é um procedimento sistemático para a obtenção de amostras de comportamento relevantes para o funcionamento cognitivo ou afetivo e para a avaliação destas amostras de acordo com certos padrões.” (p. 11-12). Logo, trata-se de um instrumento desenvolvido através de pesquisas teóricas e aplicações práticas em um grupo controle com o objetivo de medir construtos não observáveis, conhecidos também como variáveis latentes. Através deste trabalho científico os testes podem mesurar padrões de comportamento e servir como base para testagem da população a qual se propõe. Nessa direção Borsa (2016) acrescenta que o contato com os instrumentos e o treinamento na aplicação, no levantamento e na correção dos testes psicológicos permite ao profissional o desenvolvimento de competências para uma atuação autônoma e qualificada.

A avaliação psicológica, procedimento de aplicação exclusiva do psicólogo, pode ser utilizada em diversos contextos. As demandas da avaliação são encontradas no espaço clínico para intervenções psicoterápicas ou no desenvolvimento de potencialidades do indivíduo; em processos seletivos que envolvam profissões privadas ou públicas no qual a atividade envolva periculosidade ou estresse (por exemplo, policiais, professores de escolas públicas, profissionais de saúde, cargos de alta gerência), ou

ainda na busca de uma melhoria de seu desempenho pessoal e profissional (Thadeu, Ferreira & Faiad, 2012, p. 230).

Em específico ao que se refere à área de Segurança pública, destaca-se a importância deste processo no cuidado da saúde mental do profissional dessa categoria.

Avaliação Psicológica no contexto da segurança pública e privada

Cuidar da saúde psíquica do trabalhador da segurança é cuidar da sua vida exterior à sua função. De outra forma, pode-se dizer que a qualidade de vida social do indivíduo depende da sua saúde psicológica. Como afirmam Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012) a vida psíquica é “interioridade” quando separada do exterior perde sua relação com o social e torna a vida do sujeito uma conquista individual à margem da história. Por outro lado, conhecer a vida particular, o eu interior do indivíduo possibilita este enfrentar com mais assertividade seus conflitos tanto internos, quanto externos. Nesse contexto, a avaliação psicológica, por meio do uso de testes como instrumentos desvelador da vida psíquica da pessoa, é considerada, ainda a melhor estratégia de cuidado.

De acordo com Urbina (2009), o uso da testagem em avaliação psicológica é um processo que pode ocorrer em serviços de saúde, no aconselhamento ou em procedimentos forenses, bem como no contexto

educacional e profissional. Já dentro do contexto da avaliação psicológica em segurança pública, o uso de testes acontece para avaliar, entre outros quesitos, a tomada de decisões a respeito de uma pessoa, um grupo pelo avaliado.

De acordo com Mäder (2016), o fazer avaliativo da(o) Psicóloga(o) no contexto da segurança pública

e privada mostra-se presente principalmente nas seguintes atividades profissionais: avaliação psicológica admissional e avaliação psicológica periódica como mostra o quadro abaixo:

Quadro 3 – Atividades de avaliação psicológicas na segurança pública

Avaliação Psicológica admissional	Na Segurança Pública, ocorre predominantemente por meio dos processos de concurso público, avaliando agentes de segurança que atendam ao perfil profissiográfico específico ao cargo pleiteado. Já na segurança privada, mediante processo de recrutamento e seleção dos profissionais que tenham a formação obrigatória para atuarem nessa área.
Avaliação Psicológica periódica	Mostra-se presente tanto no contexto da segurança pública quanto da privada, em decorrência dos regimentos legais específicos e normas institucionais, principalmente quando no exercício da função, têm-se a atribuição do porte de arma de fogo. Na segurança privada, a avaliação é realizada a cada dois anos, sendo um dos requisitos obrigatórios para fazer o curso de reciclagem, que tem como objetivo reforçar as habilidades e os conhecimentos adquiridos no curso de formação

Fonte: Mäder (2016, p. 65).

A fim de contribuir para orientação e sistematização da Avaliação Psicológica no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica por meio da Resolução nº 007/2003, revogado a Resolução nº 017/2002. O objetivo principal foi o de apresentar orientações aos psicólogos acerca da elaboração de documentos decorrentes das avaliações psicológicas, fornecendo orientações sobre os aspectos éticos e técnicos necessários (CFP, 2003).

A elaboração, comercialização e uso de testes psicológicos foi regulamentado pela primeira vez pelo CFP, no ano de 2001, através da Resolução CFP nº 25. A partir desta resolução, determinou-se que os testes eram de uso profissional exclusivo do psicólogo, bem como que “[...] deveriam atender a parâmetros mínimos de qualidade e estar sob a responsabilidade técnica de um psicólogo registrado em um Conselho Regional de Psicologia”. (CFP, 2010, p.20).

Segundo o artigo 9º da Resolução nº 002/2003, os testes são recebidos, analisados e avaliados pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica. A análise é feita a partir da verificação técnica do cumprimento das condições mínimas de qualidade contidas no Anexo I dessa resolução. É realizada inicialmente por pareceristas *ad hoc* e, a seguir, pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, que elabora um parecer a ser enviado para decisão da Plenária do CFP. (CFP, 2010, p. 21)

Os testes psicológicos são criteriosamente analisados para que os dados resultantes sejam de fato o reflexo de traços comportamentais dos indivíduos. Condição necessária para veracidade de uma avaliação psicológica. Daí a importância de seguir estágios sistematizados, como o Quadro a seguir (Quadro 3) que apresenta um comparativo entre a validação de teorias científicas e a validação de testes.

Quadro 4 - Estágios da validação de teorias científicas comparada à validação de testes.

	Validação de Teorias	Validação de Testes
Teoria	Explicações sobre fenômenos Psicológicos e suas causas	Definição do construto e das interpretações dos indicadores ou escores derivados do instrumento
Hipóteses e Objetivos	Deduções de previsões sobre eventos da realidade	Deduções de associações internas e externas

Delineamento	Planejamento do levantamento de dados procurando testar as explicações derivadas das deduções	Planejamento dos estudos de validade testando as previsões derivadas
Parte Empírica	Coleta e análise dos dados	Coleta e análise de dados
Conclusão	Falseamento ou corroboração das hipóteses explicativas e realimentação ou reformulação das teorias	Falseamento ou corroboração das interpretações pretendidas para os escores ou indicadores do teste

Fonte: Primi (2010, p. 25).

Vale lembrar que através da Resolução 002/2003 (CFP, 2003) foi criado o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). O SATEPSI é o sistema do CFP responsável pela elaboração de critérios de qualidade para que os testes psicológicos possam ser comercializados e utilizados por psicólogos no contexto brasileiro (CFP, 2014). É no site do SATEPSI que estão disponibilizadas as resoluções e as principais publicações do CFP sobre a prática avaliação psicológica. No site é possível consultar, ainda, os instrumentos avaliados e que não foram considerados testes psicológicos e os instrumentos que foram considerados testes. Tais informações são de acesso livre e estão disponíveis para psicólogos e para a comunidade em geral (CFP, 2014). Outro importante documento foi a Resolução nº 007/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, e revoga a Resolução nº 017/2002. Esses documentos apresentam as orientações sobre os requisitos mínimos necessários para atestar a qualidade dos testes psicológicos, bem como orientar os psicólogos na elaboração de documentos decorrentes das avaliações psicológicas, fornecendo orientações sobre os aspectos éticos e técnicos necessários (CFP, 2003). Além destas resoluções apresentadas, a Resolução nº 001/2002 regulamenta a avaliação psicológica em concurso público e processos seletivos, como por exemplo, para o ingresso em qualquer área da segurança pública. (CFP, 2011).

Assim como em outras áreas, na avaliação psicológica para ingresso ou manutenção da segurança pública, a testagem psicotécnica deve apresentar critérios claros e objetivos, com a devida fundamentação científica. O exame psicotécnico é realizado por meio de uma entrevista ou teste. Neste procedimento o examinador irá averiguar se os candidatos estão preparados para situações como emprego de arma de fogo, solução de conflitos e envolvimento em situações de conflito. Ressalva-se que de acordo com Instrução Normativa DPF nº 78/2014, no artigo 2º, parágrafo 5º “Em caso de inaptidão psicológica, o interessado poderá ser submetido a novo teste em período não inferior a 30

(trinta) dias”. Sendo as implicações nesse período o profissional fica impedido de exercer a função. (Mäder, 2016, p. 65).

Um dos principais testes utilizado na avaliação psicológica na segurança pública é o teste palográfico. O palográfico é um teste de personalidade que mede características comportamentais via técnicas gráficas. É considerado um teste expressivo, pois analisa o tipo de resposta dada pelo candidato quando focado em uma mesma tarefa. Para isso, ele deve seguir as orientações do recrutador e fazer alguns traços verticais em uma folha em branco, os chamados palos. De acordo com o posicionamento e formato dos palos, é possível identificar as características pessoais do indivíduo. Com ele, é possível analisar diversos aspectos dos palos e, consequentemente, reconhecer certas características do candidato. Essa avaliação qualitativa pode ser realizada de diversas maneiras: palos mais inclinados, distância e direção entre linhas, seus tamanhos, o tipo de pressão, velocidade... Assim, são interpretados aspectos diferentes dos traços para ligá-los às características comportamentais, tais como:

- a) Produtividade;
- b) Organização;
- c) Adaptação ao ambiente;
- d) Firmeza e segurança em relação às atitudes pessoais;
- e) Vitalidade;
- f) Adaptação a normas e regimentos;
- g) Capacidade para estabelecer e cumprir metas;
- h) Relacionamento interpessoal;
- i) Ritmo de trabalho;
- j) Capacidade de concentração;
- k) Impulsividade;
- l) Inteligência emocional.

Outro instrumento utilizado na testagem no campo da segurança pública é o Teste de Cancelamento dos Sinos (TCS). Desenvolvido por Gauthier, Dehaut e Joanette (1989) e adaptado ao Português Brasileiro por Fonseca et.al. (no prelo), o TCS é um instrumento neuropsicológico de cancelamento de alvos (sinos) dentre distratores (outros objetos, tais como serrote, árvore, casa, maçã, peixe) que avalia, principalmente, as funções cognitivas de atenção concentrada e

seletiva visual, assim como percepção visual e indiretamente velocidade de processamento e praxias para a ação de cancelar. O indivíduo deve cancelar todos os sinos que visualiza em uma folha onde há 315 figuras misturadas (alvos e distratores), destas 35 são sinos.

O TCS avalia, por meio de duas versões, atenção concentrada e seletiva, assim como percepção visual, praxia, velocidade de processamento e alguns componentes das funções executivas (planejamento e eficiência cognitiva). Há duas versões do Teste de Cancelamento dos Sinos (TCS-1 e TCS-2). O TCS-1 foi desenvolvido para avaliar pacientes neurológicos com quadros de moderados a graves e o TCS-2, por ser mais complexo, difícil e desafiador (distratores semelhantes), busca avaliar pacientes neurológicos com quadros moderados a leves e pacientes psiquiátricos. Destaca-se, ainda, que o TCS-2 pode ser útil na avaliação de dificuldades atencionais de adultos mesmo na ausência de diagnósticos.

Em suma, o objetivo do Teste de Cancelamento é contribuir para o diagnóstico de dificuldades atencionais e executivas. O seu público alvo é adulto com idade entre 19 e 75 anos. Sua aplicação é

individual sem limite de tempo (em média 5 minutos cada versão).

Além destes dois testes psicotécnicos utilizados na avaliação psicológica na segurança pública acrescenta-se o Teste de Aptidão Psicológica (TAP). O TAP, tem como objetivo examinar o estado mental dos candidatos com a finalidade de identificar e inabilitar pessoas cujas características psicológicas revelem traços de personalidade incompatíveis com o desempenho de determinadas funções.

Em âmbito de processo seletivo o TAP é geralmente cobrado nos concursos públicos para ingresso na:

- a) Polícia Federal;
- b) Polícia Rodoviária Federal;
- c) Polícia Civil;
- d) Polícia Militar;
- e) Guarda Civil Metropolitana;
- f) Polícia do Senado.

Em geral os quesitos analisados na avaliação para carreiras policiais geralmente são os descritos no quadro abaixo:

Quadro 5 – quesitos avaliados na avaliação psicológica para ingresso na segurança pública

Características imprescindíveis	Apresentação pessoal, atenção difusa, capacidade de acatar normas e regras, capacidade de adaptação, controle emocional, dedicação, discernimento, bom senso, disciplina, honestidade, imparcialidade, prudência, rapidez de ação e reação e responsabilidade;
Características importantes	Atenção concentrada, capacidade de observação, dinamismo, educação, energia/autoridade, iniciativa, memória fisionômica, memória visual, organização, percepção, resistência à frustração e sociabilidade;
Características necessárias	Fluência oral, inteligência (raciocínio dedutivo/indutivo), persuasão e raciocínio verbal.

A avaliação psicológica e o adoecimento do profissional de segurança pública

Quando se fala em avaliação psicológica no contexto da segurança pública equivocadamente muitos só visualizam sua utilidade no processo seletivo. No entanto, a avaliação psicológica como parte do acompanhamento psicoterapêutico periodicamente é de fundamental importância na prevenção e cuidado da saúde mental destes profissionais. O desgaste e estresse no trabalho tem provocados grandes danos na saúde mental, e consequentemente levado ao adoecimento e afastamento dos agentes de segurança pública. A condição de saúde do profissional da segurança pública é determinante na qualidade do serviço prestado. Pois esta, se relaciona tanto com os aspectos

laboral do sujeito como a sua subjetividade. Em outras palavras:

Condição de saúde diz respeito à articulação entre disposições biológicas e situações sociais, culturais e ambientais de existência. Na análise da interação entre saúde e trabalho, colocamos em jogo dois planos: o âmbito do processo de trabalho, com potencial de repercussão sobre a saúde, e o âmbito da subjetividade e da vivência profissional. (Minayo, Assis & Oliveira, p.2200).

As pressões do trabalho resultantes das situações de risco e perigo exige do profissional um potencial esforço para reagir e superar as situações adversas vividas cotidianamente. Com isso, conjuntamente com o adoecimento físico, oriundo da sobrecarga de trabalho inicia-se um processo de sofrimento psíquico e emocional, os quais interagem dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador da segurança pública.

Assim, cuidar da saúde mental do profissional da segurança pública consiste também em uma importante questão de Saúde Pública. Pesquisas tem mostrado que o sofrimento psíquico tem sido a principal causa de afastamento e adoecimento destes profissionais. A seguir apresentar-se-á alguns estudos que corroboram tal afirmativa.

Pesquisa realizada por Cordeiro, Batista e Oliveira (2019) com objetivo de investigar o nível de estresse em 13 agentes da polícia civil no interior de Rondônia constatou-se que 40% apresentavam estresse, sendo que a maioria destes encontravam-se na fase de resistência com predominância de sintomas psicológicos. Outro estudo avaliou a sintomatologia de estresse em 33 policiais militares no interior de Rondônia, realizado por Neves et al. (2016) constatou que 42% apresentavam sintomatologia de estresse na fase de resistência, 09% na de exaustão. O estudo ainda revelou maior incidência de estresse na polícia de função de serviços internos. O nível de estresse em 38 policiais militares de ambos o sexo em uma unidade do batalhão no sul de Minas Gerais foi avaliado por Dantas et al. (2010). Os resultados do referido estudo mostraram que 45% apresentaram estresse em algum nível, com predominância da fase de resistência. Em relação ao gênero, a pesquisa constatou-se que policiais militares do sexo feminino apresentaram mais estresse. Quanto à função, assim como no estudo anterior, observou-se estresse em policiais da área administrativa e com maior concentração entre policiais com idade entre 25 e 41 anos.

Sobre a incidência de estresse em profissionais da segurança pública De Minayo, Souza e Constantino (2008) afirmam essa tem relação, especialmente, com as organizações hierárquicas, as quais fazem pesar muito sobre as decisões categóricas e dos subordinados a possibilidade de criar e decidir. Além disso os autores ainda acrescentam que as condições objetivas e subjetivas insatisfatórias na realização do trabalho, como a falta de reconhecimento social, a personalidade de cada profissional que vive diferentemente as experiências de prazer e ansiedade no trabalho pode estar relacionado com o adoecimento.

Tal afirmativa corrobora os resultados da pesquisa realizada por Souza et al. (2012). O referido estudo teve por objetivo investigar os fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, a partir de estudo transversal com 1.120 policiais, sendo caracterizados o perfil socioeconômico e demográfico, a qualidade de vida, as suas condições de saúde e de trabalho. Os resultados desse estudo indicaram associação entre sofrimento psíquico e fatores como: capacidade de

reagir a situações difíceis e grau de satisfação com a vida; problemas de saúde, sobretudo, digestivos, nervosos, musculares e ósseos; e condições adversas de trabalho, como carga excessiva, constante exposição ao estresse e à vitimização.

Como pode-se observar a atividade profissional exercida no âmbito da segurança pública por estar vinculada a questões de cobrança institucional, disciplina rígida e um alto risco ocupacional impõe a essa categoria profissional alto risco de sofrimento psíquico. São vários os transtornos apresentados em decorrência do adoecimento do trabalhador dessa categoria. Estudo realizado por Santos (2019) objetivou-se identificar fatores associados à sintomatologia depressiva e à depressão maior em agentes penitenciários. Os resultados revelaram as prevalências de sintomas depressivos e de depressão maior foram 18,8% e 6,8%, respectivamente. A fim de conhecer os principais sofrimentos psíquicos que culminam em ideias e acometimento de suicídio ocasionados em policiais militares em decorrência de sua profissão, Santos, Hauer e Furtado (2019) realizaram uma pesquisa bibliográfica a partir das produções científicas nacionais publicadas no período de 2005 a 2018. Os resultados mostraram que apesar dos altos índices de suicídio entre policiais militares, apresentados pela literatura, pouco se produz e se reflete acerca o sofrimento psíquico ocasionado pela atuação diária desses profissionais.

Esses dados evidenciam a importância da avaliação psicológica periódica com os profissionais de segurança pública.

Considerações Finais

Esse artigo buscou-se discutir a importância da avaliação psicológica no contexto da segurança pública, não só no processo seletivo, mas também de forma periódica durante o exercício profissional. De outra forma, o estudo mostra que a avaliação psicológica nessa categoria além de identificar os desvios de comportamento através dos testes psicológicos que são aplicados por ocasião do processo seletivo, contribui da mesma forma ao apontar os problemas psicoemocionais que podem surgir ao longo da carreira profissional. Diante não acredita-se que o estudo contemplou o objetivo proposto ao propor uma reflexão sobre o papel do psicólogo na melhoria e manutenção da qualidade do serviço de segurança pública oferecido à população.

De acordo com a literatura, a onda de violência acentuada nas últimas décadas tem levado as nações a rever suas legislações, criando leis mais rígidas e investir cada vez mais na capacitação e reciclagem de seus agentes para garantir mais segurança aos seus

cidadãos. No Brasil essas iniciativas têm ganhado variações significativas nos últimos tempos. Um dos principais investimentos tem sido nos recursos humanos, sobretudo na saúde mental dos profissionais desta área. Com isso, o trabalho do psicólogo tomou-se imprescindível para o ingresso e acompanhamento dos agentes de segurança pública.

O estudo também mostrou que a pressão sofrida ou a dificuldade de adaptação pelos profissionais desta categoria tem configurado como uma das principais causas de mudanças de comportamentos destes como também as alterações de personalidade. Além, claro de causas biológicas ou sociais, valores, situação socioeconômica, padrões de convivência estabelecidos pela sociedade ou pela organização na qual o indivíduo trabalha. Neste sentido, o acompanhamento psicológico periodicamente é fundamental para identificar e acompanhar o tratamento daqueles que se encontram em tal situação.

Ao analisar os resultados de outros estudos sobre a saúde mental de agentes públicos de segurança pode-se observar que o estresse e a depressão parecem se destacar como os principais transtornos mentais acometidos por estes profissionais. Além disso, essas psicopatologias tem sido a causa do maior número de afastamento e desistência de manter-se na profissão.

Partindo do exposto, considera-se essencial o cuidado da saúde psicoemocional dos profissionais de segurança, já que se trata de uma importante questão de saúde pública. Vale lembrar que quando o sofrimento psíquico decorrente do exercício laboral não atinge só o profissional, mas também a corporação inteira, e consequentemente refletir negativamente em toda sociedade.

Embora os resultados teóricos tenham sido consideráveis, este estudo apresenta limitações que precisam ser destacadas. Uma delas refere-se a metodologia, uma vez que a temática poderia ser discutida com mais profundidade por meio de uma revisão sistemática ou integrativa. Outra limitação é amplitude da temática, nesse caso a delimitação do tema contemplaria a lacuna anterior. Sugere-se outros estudos com os subgrupos dessa categoria como por exemplo, as diferenças hierárquicas e de gênero quanto o adoecimento psíquico. Também seria bastante interessante um estudo comparativo por regiões.

Por último, pode-se afirmar que é de extrema necessidade mais investimentos em políticas públicas com foco na contratação e capacitação de profissionais de psicologia que possam atuar com mais qualidade na segurança pública com a finalidade de proporcionar a reflexão dos agentes da segurança pública acerca de sua relação com o trabalho.

Referências

- Bicalho, P. P. G. D., Kastrup, V., & Reishoffer, J. C. (2012). Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 56-65.
- Borsa, J. C. (2016). Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. *Temas em Psicologia*, 24(1), 131-143.
- Carvalho, V. A. D., & Silva, M. D. R. D. F. (2011). Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálysis*, 14(1), 59-67.
- CFP - Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP nº 007/2003*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003b.
- Cordeiro, P., Batista, E. C., & Oliveira, M. L. M. C. (2019). Avaliação do nível de estresse da polícia civil do interior do estado de Rondônia. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências, Icó*, 2(1), 431-442.
- Dantas, M. A., Brito, D. V. C., Rodrigues, P. B., & Maciente, T. S. (2010). Avaliação de estresse em policiais militares. *Psicologia: teoria e prática*, 12(3), 66-77.
- Fonseca, R. P. et al. (no prelo). *Teste de Cancelamento dos Sinos*. São Paulo: Vetor.

Freire, M. D. (2009). Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3(2).

Gil, Antonio Carlos. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Hutz, C. S. (2009). Ética na avaliação psicológica. In Hutz, C. S. (Org.). *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 297- 310.

Minayo, M. C. D. S., Assis, S. G. D., & Oliveira, R. V. C. D. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 2199-2209.

Minayo, M. C. S., Souza, E. R., & Constantino, P. (2008). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais Militares do Rio Janeiro*. Rio Janeiro: Fiocruz, p. 218- 240.

Neves, L., de Oliveira, M. L. M. C., Ferreira, D. F., & Batista, E. C. (2016). Sintomatologia de estresse em policiais militares numa cidade do interior de Rondônia. *Revista Interdisciplinar Pensamento Científico*, 2(1).

Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(SPE), 25-35.

Primi, R. (2003). Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. *Avaliação Psicológica*, 2, 67-77.

SANTOS, Sheila Nascimento. (2019). *Além das grades*: associação entre aspectos psicossociais do trabalho e saúde mental de agentes penitenciários da região metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil.

SANTOS, Rosemary de O. et al. (2019). O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. *Revista Gestão & Saúde*, v.20, n. 2, p. 14-27.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos avançados*, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

Souza, E. R. D., Minayo, M. C. D. S., Silva, J. G., & Pires, T. D. O. (2012). Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(7), 1297-1311.

Thadeu, S. H., Ferreira, M. C., & Faiad, C. (2012). A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 11(2), 229-238.

Urbina, Susana. (2009). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed Editora.

Glauciene Rodrigues Amorim

Psicóloga. Especialização em Avaliação Psicológica pelo Instituto de Pós-Graduação – IPOG

E-mail: psicologaglaucia.amorim@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7866-0928>

Eraldo Carlos Batista

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PCRS/FCR – Faculdade Católica de Rondônia.

E-mail: eraldo.cb@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-7118-5888>

Recebido em: 09/10/2020

Aceito em: 25/11/2020